

TRADUÇÃO

O problema da realidade na filosofia moderna

Das Realitätsproblem in der modernen Philosophie¹

Martin Heidegger

Tradutor²

Olavo de Salles³

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

161

O PROBLEMA DA REALIDADE NA FILOSOFIA MODERNA

O espirituoso francês *Brunetière* escreve em seu modo característico sobre o problema do mundo externo: « *Je voudrais bien savoir, quel est le malade ou le mauvais plaisant, et je devrais dire le fou, qui s'est avisé le premier de mettre en doute la réalité du monde extérieur, et d'en faire une question pour les philosophes. Car la question a-t-elle même un sens?* »⁴. No entanto, o espírito crítico que ficou gravado na expressão “falência da ciência”, não olhou suficientemente fundo aqui. Seu apelo ao “sadio senso comum humano”, sobre o qual *Kant* pôs em escrito um pensamento infalível (Proleg., Leipzig, p. 34), está muito longe de ser um trato metódico e científico em torno de nossa questão. Reside aqui um problema para aqueles que distinguem entre uma concepção ingênua e plenamente suficiente para a vida prática, os quais acreditam encontrar em um relance o real, e a colocação (*Setzung*) e determinação de realidades, metodicamente guiadas e de caráter científico e intelectual. A energética luta para livrar-se do opressivo peso de uma suposta autoevidência é justamente condição preliminar necessária para tomar uma mais profunda consciência de uma tarefa que chama por solução.

¹ Cf. HEIDEGGER, M. *Das Realitätsproblem in der modernen Philosophie* (1912). Em: *Gesamtausgabe Band 1: Frühe Schriften*. Vittorio Klostermann: Frankfurt am Main, 1978. (Nota do Tradutor)

² Revisão técnica do Prof. Eduardo Henrique Silveira Kisse (Ruhr-Universität Bochum/Germany)

³ Mestrando pelo PPGFil (UNIOESTE); bolsista CAPES (2022-2024). E-mail: olavo.salles144@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7985-663X>

⁴ *Sur les chemins de la croyance* : 1ère étape (l'utilisation du positivisme). Paris 1910a, p. 25, nota.

I

Para obter o chão histórico para a discussão do problema, que seja notado brevemente: o modo de pensar da filosofia grega é orientada por um realismo crítico; pensaram como realistas os neoplatônicos, os filósofos medievais e os modernos. No que diz respeito à *determinação* do real, ricas modificações são encontradas, já no que diz respeito à colocação de um transsubjetivo, reina unanimidade. Primeiramente em Berkeley⁵ a posição do realismo começa a vacilar. Ele sustentou a identidade do físico e do psíquico com seu *esse-percipi*, a união de ser e ser-percebido. Há de ser revogada a existência transcendente à consciência de um mundo corporal independente. Em um sentido psicológico, Berkeley ainda é realista, de tal forma que, ao lado da substância anímica, ele ainda supõe uma multiplicidade de espíritos. Hume, sucessor de Berkeley, pensou até às últimas consequências seu sensorialismo. Os conceitos fundamentais de substância e causalidade tornaram-se despojados de seus caracteres de real e objetivo, nisso eles são dissolvidos em um “monte de percepções”; essas, por sua vez, são redirecionadas a uma compulsão subjetiva, com base na qual as reproduções associativas ligadas a determinadas percepções simultâneas são pensadas em uma relação objetiva. Kant, que queria superar a perigosa unilateralidade do empirismo inglês e assegurar um conhecimento universal e necessário para o homem, válido em determinados limites, não conseguiu ir mais longe do que a colocação de uma misteriosa “coisa em si”. E caso se considere que Kant, em última instância, aplicou seu método transcendental apenas sobre as ciências formais, ao investigar como são possíveis⁶ a matemática pura, as ciências naturais e a metafísica (em sentido racionalista), então fica apreensível que, em sua teoria do conhecimento, o problema da realidade não pôde achar lugar. De fato, perto do fim de sua vida, Kant ainda se esforçava com a tentativa de conquistar uma ponte da metafísica para a física; uma solução que, no entanto, ele não encontrou. Fica evidente que a filosofia imediatamente pós-kantiana, que termina com o exagerado idealismo de Hegel, distancia-se ainda mais do problema da realidade e da compreensão de sua suposição e determinação. Com declínio da filosofia hegeliana, quando as ciências individuais energeticamente se desvencilharam da tutela da filosofia e essa foi ameaçada de ser completamente suprimida (nota-se no positivismo a posição dependente e precária da tarefa da filosofia), viu-se a única salvação no “retorno à Kant”. Desse modo, a filosofia do

162

⁵ Cf. Fr. Klimke. *Der Monismus und seine philosophischen Grundlagen*, Freiburg 1911, p. 382 et. seq. Esse trabalho, cujo título sequer mostra remotamente o conteúdo do pensamento que nele se elabora, no Livro IV (pp. 371-533), lida com os movimentos do consciencialismo e do fenomenalismo - de certo sob o ponto de vista do monismo epistemológico -, que para nós serão relevantes no que se segue.

⁶ “...a questão central sempre permanece: o que e quanto podem o entendimento e a razão conhecer livres de toda experiência...” (*KRV* Leipzig, Prefácio à primeira Edição, p. 8; cf. para as três partes da pergunta transcendental central, *Proleg.*, Leipzig, p. 57 et. seq.). Külpe com razão observa como Kant, que tanto alertou contra o passar dos limites, traiu a si mesmo e deixou que a teoria das ciências formais se tornasse em uma teoria da ciência *em geral*.

tempo de agora respira o espírito de Kant, mas não é menos influenciada pela tendência do empirismo inglês e francês. Com boas razões, pode-se avistar em Hume⁷ o *Spiritus rector* próprio da filosofia atual. Por conseguinte, as direções epistemológicas predominantes caracterizam-se nas noções do *consciencialismo* (imanentismo) e do *fenomenalismo*, que querem demonstrar que uma determinação do real, ou melhor, assim como o primeiro, querem demonstrar a inadmissão e a impossibilidade da mera suposição de um mundo externo independente da consciência. Ao mesmo tempo, com o desabrochar da filosofia moderna, as pesquisas empíricas das ciências naturais têm avançado constantemente seu trabalho no sentido de um realismo sadio, o qual as tem guiado a resultados brilhantes.

Há de fato o presente dilema entre teoria filosófica e prática científica? Ou será que a posição do factualismo (*Wirklichkeitsstandpunkt*) e do fenomenalismo sobreviveram como “disciplinas distorcentes do pensamento formalista”? Uma investigação da teoria do conhecimento, que vê sua tarefa na aplicação do método transcendental em uma ciência pronta, em nosso caso, portanto, procurar resolver o seguinte problema: “como é possível uma ciência natural empírica?”, e terá de responder afirmativamente à pergunta acima com base em seus resultados. De acordo com isso, torna-se compreensível que Oswald Külpe no fim de seu trabalho *A filosofia do tempo presente na Alemanha* (Leipzig, 1911, S. 136) pôde escrever: “No limiar dessa filosofia do futuro... fica o *problema da realidade*”. O professor de filosofia de Bonn parecia dedicar seu trabalho de pesquisa especialmente a esse problema. Em seu mais novo trabalho ele o borda frequentemente; no atual congresso anual de filosofia em Bolonha ele ofereceu uma contribuição à história do conceito de realidade⁸; e com o brilhante escrito do ano passado (*Teoria do conhecimento e ciência natural*) concedeu uma discussão positiva em torno do problema da realidade com especial atenção à ciência natural⁹.

Como se percebe, o irrecusável estado de coisas que marca a época atual da ciência natural moveu nosso problema ao centro dos interesses. Se a morfologia determina as formas corporais das plantas e dos animais, se a anatomia analisa a estrutura interna dos seres vivos e de seus órgãos, se a biologia celular lida com o estudo da construção e desenvolvimento das células, se o químico investiga as substâncias químicas, seus elementos e ligações, se o astrônomo calcula a posição e o movimento dos corpos celestes, então todos os pesquisadores nesses diferentes ramos da ciência estão convencidos não de que analisam meras sensações ou trabalham com puros conceitos, e sim de que colocam e determinam objetos reais, que existem por si mesmos e independentemente de suas pesquisas científicas.

⁷ Cf. Walz, E. David Hume und der Positivismus und Nominalismus. Em: *Philosophisches Jahrbuch XXIII* (1910), Vol. 2, pp. 161-182.

⁸ A. Rüge. *Unter den beiden Türmen*. No congresso de filosofia em Bolonha. “*Der Tag*”, No. 99, 1911.

⁹ Citaremos doravante: I, Kant, Leipzig, 1908 = K; *Einleitung in die Philosophie*, Leipzig, 1910b = E; *Erkenntnistheorie und Naturwissenschaft*, Leipzig, 1910a = EN; *Die Philosophie der Gegenwart in Deutschland*, Leipzig, 1911b = Ph.

Como é possível a posição realista¹⁰, ou mais exatamente, a colocação e determinação de um objeto transsubjetivo? A resposta positiva ao problema levantado tem de ser precedida, porém, de uma fundamentação crítica: a de decidir se é permissível em geral uma saída para além da realidade da consciência, se é permissível uma suposição e caracterização de realidades; tal investigação equivale a um confronto com o consciencialismo e o fenomenalismo. O problema todo é reduzido a quatro questões claramente definidas:

1. É permissível uma colocação do real?
2. Como é possível a colocação do real?
3. É permissível uma determinação do real?
4. Como é possível uma tal determinação?

Para empreender um procedimento metódico, nós começaremos com uma discussão das questões 1 e 3 e com o desenvolvimento das duas nós retornaremos ao já mencionado texto de *O. Külpe*.

II

1. Introdutoriamente, apontamos para a importância de Hume na elaboração da teoria do conhecimento moderna. O empirismo inglês experienciou múltiplas modificações em nosso tempo. *Richard von Schubert-Soldern* construiu uma teoria do *Solipsismo* e tratou da mesma como um fato claro em si mesmo, que não carece de nenhuma maior comprovação. A consciência de quem conhece, e apenas ela, é o objeto do conhecimento. A *filosofia imanente* encontra em *Wilhelm Schuppe* seu principal representante. Ele tentou aclarar e justificar seu ponto de vista em sua "*Lógica epistemológica*" (Bonn, 1878): todo ser é ser-consciente. No conceito de consciência estão contidos o sujeito consciente e o objeto consciente. No entanto, esses dois momentos são separados apenas abstratamente. Resulta-se daí a indissolúvel articulação de pensar e ser. Como relativo à filosofia imanentista, ainda temos de mencionar o *Criticismo empírico* de *Richard Avenarius*, que estabeleceu a meta de, em seus três principais trabalhos¹¹, determinar o único conceito correto de mundo. Por fim, mencionamos ainda *Ernst Mach*¹², o fundador do assim chamado *monismo sensorial*. Ele desenvolveu melhor suas ideias no escrito „Contribuições para a análise das

164

¹⁰ Heidegger aqui utiliza a palavra *Realisierung*, que literalmente diz realização. É evidente que a tradução literal pode dizer pouco do que está em questão aqui. Segundo o que o contexto significativo deixa transparecer, o termo poderia ser traduzido como "a posição realista". De acordo com ela, seria possível não só colocar a existência (independente) de objetos para além de um sujeito, como também determiná-los enquanto tal. No entanto, ao referir-se tal posição, parece-nos que Heidegger quer aqui propor a possibilidade de uma "realidade" sem se comprometer com as premissas da tradicional "posição do realismo", ou melhor, a da já referida posição do factualismo. Portanto, para, de um lado, evitar a expressão "realismo" ou "posição do realismo", já consolidada para referir-se a essa última, e de outro, evitar o termo contrassenso "realização", optamos pela tradução de *Realisierung* por "posição realista" (Nota do Tradutor).

¹¹ *Philosophie als Denken der Welt gemäß dem Prinzip des kleinsten Kraftmasse*, Berlin 1903; *Der menschliche Weltbegriff*, Leipzig 1907; *Der menschliche Weltbegriff*, *ibid.*, 1905.

¹² Uma minuciosa crítica de Mach à *Külpe, Ph.*, p. 23, et. seq.; e em *Klimke, loc. cit.*, et. seq. p. 416,

sensações” (1906). A coisa, o corpo, a matéria não são senão ligações dos elementos (isto é, ligações de sensações), e as cores, os tons, e assim por diante, não são senão as assim chamadas características. (ibid. p. 17 e seg.)

Por meio de uma refutação do consciencialismo, o realismo se faz pelo menos um posicionamento possível. Ela segue seu mais seguro caminho, caso direcione seu foco principal na explicitação do núcleo do pensamento do consciencialismo, isto é, no princípio da imanência¹³. Os argumentos negativos a favor, o “ponto de vista do factualismo”, que deveriam abalar as evidências comumente apresentadas em favor do realismo (por exemplo, a aplicação da lei da causalidade sobre o conteúdo da consciência enquanto tal) sofrem da contínua falácia lógica de sempre partirem do princípio de imanência, o qual deveria em primeiro lugar tornar-se demonstrado. Os argumentos diretos e positivos, que *Klimke* reduz a três¹⁴, merecem considerações pormenorizadas. São eles: um argumento apriorístico, um empírico e outro metodológico.

O primeiro argumento quer ver uma contradição no conceito de um ser independente do pensamento. Pelo pensamento de uma tal realidade, essa tornar-se-ia dependente de tal pensamento e com isso dependente da realidade da consciência. No entanto, o ente pensado de forma alguma é idêntico ao ser no pensamento; ente (fenomenal) aqui diz o conceito cujo conteúdo remete intencionalmente ao ser transcendente. A existência psíquica de um conceito e o ser ideal do conteúdo conceitual são coisas totalmente distintas. Não obstante, o ser real é pensado mediante o conceito, mas não por ser inserido no sujeito e transformado em um ser psíquico. *Geysler* escreve, na minha opinião, com razão: “Toda suposta dificuldade não é nada se não um deslumbrante sofisma de uma lógica pseudo-dialética.”¹⁵ Basta que se extraia a consequência do processo que identifica ato e conteúdo de um conceito, e então se torna claro que, caso a suposição acima for correta, toda vida anímica estaria entregue à estagnação. Se o ato é essencial para o conteúdo, então, para ele ser frequentemente pensável em sua identidade, o mesmo ato e o mesmo estado de consciência que o acompanha precisam ocorrer em cada vez. Porém, o fluxo constante de ocorrências psíquicas é um fato que revela a impossibilidade dessa exigência, uma vez que cada momento temporal experienciado representa uma diferente forma da vida psíquica.

De acordo com seu conteúdo, o argumento empírico tem a seguinte alegação: apenas fatos da consciência são realmente fatos dados; deles se constrói toda e qualquer cognição imanente, cada uma sem qualquer direcionamento a algum momento transcendente. No entanto, por si só, a pura soma de dados da consciência não constrói nenhuma cognição (quem há de somar e quem há de reconhecer a soma como tal?). Uma ordenação sem princípios de percepções e representações só pode levar a um quadro caótico. Pelo contrário, temos que determinados princípios básicos, os princípios lógicos, guiam todas as cognições por caminhos imutáveis e absolutamente válidos. Mas, tal como os consciencialistas diriam, querendo nos objetar: as regularidades reais na ligação dos atos de pensamentos são precisamente

¹³ Cf. E, Külpe, p. 149 et. seq. Para uma apresentação sumária em *Klimke*, *loc. cit.*, p. 431-451.

¹⁴ Külpe distingue entre um argumento lógico, empírico, formal, teológico e um genético.

¹⁵ *Grundlagen der Logik und Erkenntnislehre*, Münster 1909, p. 62

também fatos mentais, isto é, são leis causais de eventos mentais, e assim, esses não se fazem argumentos contra nossa alegação. Aqui mais uma vez surge a equívoca confusão entre ato mental e conteúdo lógico. As proposições lógicas fundamentais não são fundadas indutivamente e, correspondendo a isso, também não o é a validade das leis causais dos eventos mentais subjetivos; pelo contrário, nós vemos nelas princípios ideais, imediatamente evidentes e objetivos: “cujo conteúdo apresenta as mais gerais relações entre o pensamento intencional e o objeto [em sentindo lógico]”¹⁶. Por fim, o argumento empírico entra em conflito com a vivência psicológica. Pois o tornar-se ciente de ter a presença dos conteúdos de consciência já compreende em si uma saída da própria esfera dada da consciência. E nessa saída, essa esfera não oferece nem ao menos o teor original da experiência; ele assim só se torna descascado, mediante uma abstração dos fatos mentais que transcendem o que é imediatamente dado¹⁷. E como a mera posse de fatos da consciência há de poder alcançar a certeza de um conhecimento científico?

Certamente, diz o terceiro argumento, de natureza metodológica, que a meta da ciência é a certeza e a validade geral de suas proposições. Mas essas não podem ser construídas sobre pressuposições e hipóteses aplicadas arbitrariamente; o único fundamento certo e insubsumível apenas pode ser oferecido pelos imediatos e inegáveis dados da consciência. Contra isso há de se notar: a fatos puros (também de juízos, se considerados como atos mentais) não pode ser predicada nenhuma certeza. Fatos precisamente *são* ou não são. Certezas são apenas cognições, e como vimos acima, cognições não se deixam alcançar somente a partir de dados de consciência. Sobre esse caráter da certeza, postulado especificamente por Mach, Külpe escreve: “Sem dúvidas, essa certeza é inabalável, mas não porque ela se comprova em disputas, porque resiste e prevalece a esse ou aquele contra-argumento, mas porque nenhuma disputa ou contra-argumento é possível com ela.”¹⁸

2. Para o consciencialismo, cujas bases provamos agora como infundadas, nosso problema fundamentalmente não existe. Já a orientação epistemológica do fenomenalismo não se mostra tão radical. Esse defende que uma colocação do real é possível e necessária, mas também apenas isso: uma *determinação* do real está *proibida* pelo seu código legal. Um desconhecido “x”, a misteriosa coisa em si, funciona como substrato para as sensações estimuladas pelo que está fora do sujeito. O clássico representante do fenomenalismo é Kant. Com efeito, segundo ele, as condições transcendentais das cognições intuitivas e intelectivas trazem um caráter subjetivo e de gênese *a priori*, tal como ele procurou mostrar em sua “Doutrina Transcendental dos Elementos”¹⁹. Assim, nós conhecemos as coisas apenas nos véus subjetivos, tal como elas nos aparecem. Abstraindo totalmente o fato de que não é justificável que do

¹⁶ *Grundlagen, loc. cit.*, p. 275; cf. E. Husserl, *Logische Untersuchungen I* (1900) § 17 et seq., para o problema geral mencionado; Messer, A. *Empfindung und Denken*, Leipzig, 1908, p. 163 et seq.

¹⁷ cf. W. Wundt, *Grundriß der Psychologie*, Leipzig 1911, p. 34 f.

¹⁸ Külpe, *Ph.*, 27.

¹⁹ *Kritik der reinen Vernunft*, A 17 B 31.

caráter de aprioridade e subjetividade das formas de intuição e entendimento resultem premissas fenomenológicas, como poderia parecer em uma supérflua consideração do problema, permanece uma mera *premissa dogmática* a alegação de que essas formas têm uma função modificativa, em sentido subjetivo. Sempre será impossível render a comprovação desses preconceitos. Quando fez objeto de sua investigação os conceitos puros do entendimento e sua dedução, o próprio Kant abandona sua tese, segundo a qual seriam possíveis apenas pensamentos intuitivos, que o entendimento não teria, por conseguinte, nenhum objeto específico. Se Kant escreve que “Assim, nós rastreamos os conceitos puros até sua primeira raiz e arranjo no entendimento humano, no qual eles residem preparados até que finalmente se tornem desenvolvidos pela ocasião da experiência e, quando libertos das condições empíricas que lhe estão atreladas, apresentados em sua pureza pelo próprio entendimento.”²⁰ - então esse esforço de pensamento pode ser feito apenas sobre o pressuposto de que também possam ser pensados “conceitos puros”, não sensíveis. Ainda contra a alegação de Kant, igualmente pode-se pensar sem categorias. Com razão, Külpe alega: “Com efeito, pode-se pensar até mesmo um caótico e desordenado material de sensações, como é pressuposto por Kant enquanto matéria do conhecimento sensível, mas dificilmente pode-se representá-lo e seguramente não se pode vivenciá-lo. Fosse o pensamento ligado por necessidade à aplicação das categorias, então esse caos não poderia ser pensado de modo algum.”²¹. Ademais, na lógica, conceitos, juízos e inferências são elevados a objetos de pensamento; portanto, tanto aqui, quanto nas formulações de leis gerais, o não-intuitivo é pensado. Assim, a posição empirista de Kant sobre natureza intuitiva de todo objeto do pensamento não se deixa sustentar. É bem verdade: o dado, o encontrado, constrói a base material de nosso pensamento sobre a realidade que anuncia-se nele. E sua determinação mesma, isto é, não meramente sua aparência, é a meta da ciência. Com Kant, a elaboração do material da experiência mediante o entendimento opera em um sentido justamente oposto ao da posição realista, pois, ao invés de eliminar todo componente subjetivo, o objeto de conhecimento atravessa ainda apenas uma subjetivização fortalecida mediante as categorias; o conhecimento distancia-se sempre mais de seu próprio objeto.

Torna-se facilmente evidente que uma fixação correta da *relação entre experiência e pensamento* é de fundamental importância para a possibilidade de determinar realidades postas. Na psicologia contemporânea, o sensorialismo despiu o pensamento de um caráter independente. Efetivamente, porém, serve ao pensamento uma atividade independente de operações sensoriais e ocorrências associativas, que governa os achados empíricos, recebendo-os e processando-os de acordo com princípios ideais, objetivos e universalmente válidos, e se contrapõe a eles enquanto operação de organização e análise. Külpe poderia corroborar conosco quando diz: “Caso se pergunte em que consiste a legalidade do pensamento, se ele de modo algum influencia seus objetos, então a resposta a isso pode ser: que ele se regula pelos seus próprios objetos. A legalidade do pensamento é a legalidade de seus objetos e, com isso, não se aplica ao pensamento a revolução copernicana que Kant reivindica para sua teoria do conhecimento.” (Ou seja, que o objeto deva se regular pelo pensamento).

²⁰ *Kritik der reinen Vernunft*, A 66, B 91

²¹ Külpe, K., p. 85

“Pode-se caracterizar o pensamento exatamente pela possibilidade de significar algo cuja existência e essência são independentes do significado e do sujeito significante.” (K 98, 97)²²

Com a recusa do consciencialismo e do fenomenalismo, fazem-se possíveis a colocação e determinação de realidades. Por mais que ambas as posições realistas se mostrem hostis uma à outra, elas indiretamente impulsionaram para uma apreensão mais profunda dos problemas em questão e para uma solução mais abrangente e bem fundada. Agora passamos à consideração da parte positiva de nossa tarefa, na qual levantam-se as porvindouras questões: como são possíveis a colocação e determinação de objetos reais?

3. A meta da posição realista é determinar em si o dado e o já encontrado, mediante eliminação dos componentes e das formas de percepção do sujeito conhecedor que o modificariam. O comportamento espaço-temporal dos objetos da experiência, sua coexistência e sucessão, as lacunas da percepção, as relações dos conteúdos da consciência que não são determináveis por nossa vontade e se nos impõem, revelam indiscutivelmente uma legalidade independente do sujeito da experiência. A colocação de uma realidade transcendente à consciência é exigida sobretudo pelo fato de um e o mesmo objeto ser imediatamente comunicável a diferentes indivíduos. Geysler, que dedicou um aprofundado e perspicaz estudo a nosso objeto, certamente em diferente contexto, diz corretamente: “Essa comunicação é um fato, e sem dúvida fundamental para a possibilidade de uma ciência da experiência de validade universal”²³.

Postular de tal modo que os conteúdos da percepção tal como se nos apresentam seriam como realidades objetivas, ao modo que o faz o realismo ingênuo, seria um procedimento precipitado. O aparato sensorial, mais precisamente a distribuição periférica dos nervos sensoriais, é estimulada mediante exposição mecânica, psíquica e química. Os órgãos sensoriais então dirigem os estímulos produzidos a certos pontos centrais e assim nos trazem à consciência as ocorrências do mundo externo. Fatos como a existência de limites e graus nos estímulos, perturbações da organização fisiológica (daltonismo total ou parcial, diferenças na acuidade visual) mostram claramente que não só a existência de percepções, mas também seu conteúdo essencial, são dependentes de fatores subjetivos, mostram, portanto, que nós temos diante de nós, nos conteúdos de percepção, *formações fenomenais* geradas com ajuda do sujeito. Mesmo que os elementos das relações entre os quais pairam as relações legais de nossas percepções possam sofrer modificações subjetivas sob base da lei das energias neurais específicas, tais relações elas mesmas devem ser postuladas como leis objetivas e reais. A abstração dos momentos subjetivos, que consiste na tarefa negativa da

²² Para orientações sobre o “caráter objetivo do pensamento” cf. A. Messer. *Einführung in die Erkenntnistheorie*, Philosophische Bibliothek, Vol. 118, p. 14 et seq. No mesmo livro, o autor também trata do realismo crítico e ingênuo (cf. pp. 41-61). Considerações contra o realismo ingênuo são levantadas de modo especialmente claro; muito embora a primeira objeção “no que toca à parte da dúvida religiosa” não pareça exatamente convincente.

²³ *Grundlegung der empirischen Psychologie*, Bonn, 1902, p. 89.

posição realista, a evidenciação dos fatos objetivos do mundo da realidade da consciência, podem apenas ser levados a cabo mediante experiência e pensamento. Frente a decisão sobre ser real ou ser ideal, o puro pensamento é um crivo insuficiente. Apenas a experiência pode nos dar a saber se objetos reais existem, mas não de tal modo que tão somente ela tenha o total poder de decidir completamente sobre isso. As impressões sensíveis como tais ainda não são algo real; elas podem servir a uma determinação do real, mas não sem maiores considerações. Assim, apenas onde momentos empíricos e racionais operam juntos há consonância. Caso o mundo externo seja posto como causador de nossas percepções, então aqui opera um critério misto. Com efeito, Külpe sustenta exatamente que esse critério, de particular importância desde Schopenhauer, não é inteiramente apropriado, pois nele “o motivo mesmo do realismo científico torna-se mal-entendido e cria-se a aparência de que a constituição das causas objetivas pudesse ser inteiramente deduzida dos efeitos subjetivos” (EN 24). Terá de subsistir sem dúvidas uma relação causal entre mundo externo e percepções sensoriais; mas isso ainda não diz nada a respeito da qualidade da causa estimulante. Como mostra a experiência científica, não se podem comparar os estímulos sensoriais (ocorrências cinéticas) com os objetos percebidos, como cor, som, cheiro e gosto. Külpe, aparentemente para manter afastada uma opinião contrária, deu-nos o critério sob uma outra, certamente mais bem determinada, expressão, quando ele vê no mundo externo “o portador das relações legais alheias a nossas impressões sensíveis”. Por analogia a um fenômeno físico (o movimento compelido) ele determinou essa relação como uma compelente, “obrigatória”. É claro que mesmo aí há uma relação causal.

4. Especificamente frente a isso, levanta-se agora a seguinte questão: como é possível uma determinação de realidades, isto é, uma determinação de tais fatores compelentes? Em seu conteúdo, essa determinação é normatizada mediante as relações constatadas, ou seja, ela precisa resultar de tal modo que os elementos da relação se apresentem como capazes de trazer à tona o acontecimento real. Külpe define sucintamente a ideia: “As substâncias da natureza são os sumos conceitos das faculdades, que deixam as relações reais, os estados e mudanças que lhe estão associados terem lugar” (EN 27). Uma determinação de validade plena e adequada das realidades colocadas permanecerá uma meta ideal para as ciências empíricas. Mesmo que todas as relações que pudessem ser experienciadas fossem demonstradas, há de se manter em vista que há realidades dependentes que nós não alcançamos com nossos conhecimentos sensíveis, mesmo com nossos órgãos sensíveis armados com os melhores instrumentos. E quanto a se de fato a própria natureza das realidades pode ser determinada claramente? Apesar dessa pergunta, para a ciência ainda remanesce sempre ainda um amplo campo a ser lavrado. Ao lado do progresso material, a história da ciência exhibe sem dúvidas um avanço na determinação normal do objeto.

No entanto, uma determinação da realidade, almejada no sentido de um realismo crítico, não tem de parar frente à barreira aparentemente erguida pelo princípio da subjetividade das qualidades sensíveis? Certamente, seguindo esse princípio, a realidade perderá seu caráter intuitivo; mas com isso ela mesma não é revogada. Por

isso, sem dúvidas, há de ser quebrado o dogma do sensorialismo na teoria do conhecimento, segundo o qual todo conhecimento permanece preso às intuições. O comportamento prático fatural das ciências empíricas não conhece esse preconceito²⁴.

Face aos hodiernos modos de pensar, já permeados por múltiplas ideias pragmatistas (cientificamente bastante superficiais), Külpe também buscou uma resposta à pergunta se a esse ponto de vista do realismo crítico, certamente não o único possível para a ciência, cabe uma importância digna de nota. Afirmativamente, cabe com direito essa importância. Em seu modo de exposição extremamente vívido, ele mostra que as ideias opositoras do consciencialismo e do fenomenalismo em última instância empurram a tarefa das ciências empíricas e de sua execução em direção a um caminho morto. Ele escreve: "Não há coisa tão pouco produtiva do que a exposição enclausurada daqueles cientistas naturais que, no sentido dessa teoria do conhecimento (o consciencialismo), continuamente asseguram que evidentemente não querem se comprometer com visões realistas, escolhendo expressões do realismo. Na apresentação de sua área, eles transportam uma noção estranha à mesma, e esquecem que a prudência não apenas é mãe da sabedoria, como é também da inação. Apenas quem crê na possibilidade de determinar uma natureza real, colocará suas forças em direção a conhecê-la."²⁵

Embora também se possa não concordar por completo com Külpe - sobretudo no que diz respeito à sua noção de metafísica "indutiva", seu caráter hipotético, suas justificações - seu mérito permanecerá: ter colocado a teoria do conhecimento, perdida longinquamente de seu caminho, de volta em frente à sua própria tarefa²⁶. A filosofia aristotélico-escolástica, que pensou sempre em termos do realismo, não perderá de vista esse novo movimento da teoria do conhecimento; sua ocupação tem de ser o trabalho de promovê-lo.

170

Submetido: 05 de janeiro de 2024

Aceito: 05 de fevereiro de 2024

²⁴ No campo da psicologia, exatamente os trabalhos sobre as mais altas vidas anímicas da escola de psicologia de Würzburger tem iniciado uma tentativa energética de se livrar da psicologia sensorialista que considera as sensações e suas reproduções os únicos elementos da consciência. Cf. Geysler, *Einführung in die Psychologie der Denkvorgänge*. Paderborn, 1909; também N. Kostyleff, *Revue philosophique*. XXXV, 1910, vol. 12, pp. 553-580 : „Les travaux de l'école de Wurzburg. L'étude objective de la Pensée."

²⁵ Külpe, EN, p. 38

²⁶ A influência de E. Hartmann e seu "realismo transcendental" na filosofia é de no máximo preparar o solo para uma maneira realística de pensar.